

**CI-CPRI**



## **Eleições Presidenciais na Argentina (22 outubro 2023)**

### **Resumo**

O artigo de investigação procurou analisar as mais recentes eleições presidenciais de 2023, as quais foram vencidas pelo candidato Javier Milei, considerado um líder anarco-capitalista, caricato ou populista, que prometeu desafiar *lobbies* internos e externos. O que, em si, tem consequências.

Milei parece defender um programa político mais conservador nos costumes e clássico ou ultraliberal na economia, ao mesmo tempo de joga xadrez no tabuleiro de interesses e de influências internacionais. Trata-se de um tema recente e útil, que vale escrutinar com apurado rigor científico, recorrendo a fontes secundárias.

Palavras-passe: Argentina, Javier Milei, Eleições Presidenciais 2023.

### ***Abstract***

*The research article researched Argentina's presidential elections of 2023, which were won by the candidate Javier Milei; someone considered an right-wing extremist, a satirized or populist leader, who promised an ultraliberal and socially conservative political program that is challenging internal and external lobbies, with its obvious consequences. While, at the same time, playing chess in the game of international interests and influences.*

*This is considered a current topic, and useful for being worth scrutinizing with the utmost scientific rigor, with the help of secondary sources.*

*Passwords: Argentina, Javier Milei, Presidential elections 2023.*

## Introdução

Nos termos da Constituição da Argentina de 1853, revista em 1860, 1866, 1898, 1957 e 1994, a Argentina é uma República Federal Representativa e Presidencialista.<sup>1</sup> Possui um Congresso bicameral, enquanto órgão legislativo do governo da República, que possui Senado (ou seja, a Câmara Alta, atualmente com 72 senadores eleitos) e Câmara de Deputados (isto é, Câmara Baixa, atualmente com 257 deputados que representam, diretamente, a população das 24 jurisdições (correspondentes a 23 províncias e à capital, Buenos-Aires).

A lista de Presidentes da Argentina constam em Anexo 1. Os titulares do cargo estão identificados nas Tabelas A1 e A2, respetivamente, entre 1862 a 1971 e, depois, entre 1971 a 2024.

No corpo de texto consta a Tabela 1, que identifica os Presidentes da Argentina, entre 1989 e 2024, pelo nome, correspondente período em que ocuparam o cargo, pelo tipo de tomada de posse, se eram peronistas ou não.

A informação recolhida ilustra, sem sombra de dúvidas, a importância dos peronistas no xadrez político nacional e a regularidade com que ocuparam o mais alto cargo deste país da América Latina.

Período	Nome	Tomada de Posse	Observ.
1989-1995	Carlos Saúl Menem	Eleições, com tomada de posse antecipada	Peronista
1995-1999	Carlos Saúl Menem	Eleições	Peronista
1999-2001	Fernando De la Rúa	Eleições. Abandona o Governo	Não Peronista
2001-2001	Federico Ramón Puerta	Presidente Interino. Por Lei da Acefalia	Peronista
2001-2001	Adolfo Rodríguez Saá	Presidente Interino. Pelo Congresso.	Peronista
2001-2002	Eduardo Camaño	Presidente Interino. Por Lei da Acefalia	Peronista
2002-2003	Eduardo Duhalde	Presidente Interino. Pelo Congresso.	Peronista
2003-2007	Néstor Kirchner	Eleições	Peronista
2007-2011	Cristina de Kirchner	Eleições	Peronista
2011-2015	Cristina de Kirchner	Eleições	Peronista
2015-2019	Mauricio Macri	Eleições	Não Peronista
2019-2023	Alberto Fernández	Eleições	Peronista
2023/	Javier Milei	Eleições	Não Peronista

*Tabela 1 – Presidentes da República entre 1989 e 2024*

Esta rivalidade assimétrica entre peronistas e não peronistas foi desafiada nas eleições Presidenciais de 2023, vencidas por Javier Milei, num caldo político de crise económico-financeira e de vontade de mudança demonstrada pela maioria da população através do voto. É este caldo político e social que o artigo de investigação tenta enquadrar. Também identifica as principais parcerias da Argentina no mais recente xadrez regional e internacional, bem como as consequências da eleição do ultraliberal Javier Milei na dinâmica geopolítica.

---

<sup>1</sup> UNESCO (s.d.).  
Maria SOUSA GALITO  
CI-CPRI, AI 26

## 1. Antecedentes

A Argentina é um regime democrático, com instituições representativas da vontade popular e a sua Constituição Federal procura assegurar uma efetiva separação de poderes (executivo, legislativo e judicial) num Estado de Direito Democrático que defenda conceitos de liberdade e de segurança balizados pela lei, com o objetivos de garantir direitos humanos e deveres cívicos; tais como votar.

Na Argentina, as eleições são asseguradas simultaneamente pela Direção Nacional Eleitoral (DNE, que é um departamento do Ministério do Interior) e pela Câmara Nacional Eleitoral (CNE)<sup>2</sup>. Foi sobre este tema que o artigo de investigação se debruçou.

As PASO, literalmente *Primárias Abertas, Simultâneas e Obrigatórias*, são um tubo de ensaio das eleições gerais, criado em 2011. Acaba por ser uma votação prévia para determinar os candidatos mais populares, ou que reúnem mais consenso político junto da população. A forma como se organizam baseia-se num modelo algo inovador, se admitirmos que o Código Eleitoral, determina as regras de uma votação compulsiva para todos os cidadãos aptos a votar. Estes são convocados às urnas no decurso de um só dia, para deliberar sobre boletins de voto, cada qual de um partido diferente, com vista a identificar os candidatos às eleições presidenciais.

Nas PASO, todos os partidos devem fazer prévias (mesmo que haja consenso sobre um candidato) e, ao contrário do que acontece nos EUA ou em França, os eleitores podem votar em qualquer candidato, não apenas os filiados dos partidos nos seus próprios candidatos e com base em calendários internos. Os candidatos necessitam de, pelo menos, 1,5% dos votos para se tornarem elegíveis para a fase seguinte, mas o mais votado nas primárias não é obrigatoriamente o candidato eleito à presidência. Por exemplo, nas eleições de 2015, Mauricio Macri reuniu menos votos que Sanie Scioli no PASO, mas acabou por ser eleito presidente. Em 2019, Alberto Fernández e Cristina Kirchner haviam obtido mais votos que Mauricio Macri nas primárias.

Dada a importância das PASO, o artigo foi mais longe na análise de pormenor, e procurou explicar o sistema eleitoral da Argentina<sup>3</sup>, nas suas diferentes esferas e facetas, quando os candidatos concorrem à Câmara de Deputados e ao Senado; participam em eleições nas províncias ou tentam assumir o cargo de Chefe de Governo da Cidade Autónoma de Buenos Aires. Ou aspiram à Presidência da República, sendo importante analisar a capacidade eleitoral ativa e passiva nestas matérias.

Porém, a Argentina transitou dezasseis vezes entre regimes democráticos, semidemocráticos e autoritários entre 1900 e 2010 segundo Mainwaring e Pérez-Liñán (2013). De facto, o país tem tido dificuldade em cimentar uma democracia<sup>4</sup> saudável de

---

<sup>2</sup> Câmara Nacional Electoral (2023a)

<sup>3</sup> Cf. Rodríguez Masena (s.d.). Torres Ramírez (2023).

<sup>4</sup> «A exceção política da Argentina durante o séc. XX é difícil de exagerar. Desde o golpe militar de 1930 até à transição democrática de 1983, o país foi provavelmente o mais instável do mundo em termos de tipo de regime. A maior parte dos países que têm sido autoritários, têm-no sido dessa altura (por exemplo, a Arábia Saudita, a China, Cuba, Irão); ou consistentemente democráticos (tais como a Austrália, Canadá, EU, ou Suíça), ou transitaram do autoritarismo para a democracia no pós II Guerra Mundial (Alemanha, Japão ou Costa Rica) durante a Terceira Vaga que começou em meados da década de 70 (entre estas, a maioria dos países da América Latina e da Europa de Leste). São poucos os países em que, nem o

base popular, em prol do interesse federal, regional e local, pelo que está habituada a eleições com elevado grau de emoção entre as hostes políticas, em caldo entronado ou dissonância com o seu povo.

De facto, há décadas que a Argentina sustenta uma oligarquia governante; um sistema corrupto e clientelista, com tráfico de influências, subornos, peculato e desvios de dinheiro, de forma vertical ou piramidal, do mais rico para o mais pobre. Os tentáculos estão, de certa forma generalizados, mas alimentam, sobretudo, o nepotismo peronista. Para o contrariar, tem-se afirmado uma bipolarização entre esquerda e direita, ainda que assimétrica, com base em interesses instalados mas rivais entre si, que apenas perpetuam o compadrio, que procura dar lugar, rotativamente, a membros de uma elite ou de outra.

A competição acirrada entre peronistas e não peronistas agravou-se quando o crescimento económico argentino deu lugar à crise económica e da dívida pública. Associou-se um caldo social de insatisfação e subsequente contestação contra o poder instituído, a um “crescente desencanto político” que não é característico apenas da Argentina, mas registado, de uma forma ou de outra, com tendências mais à esquerda ou direita, na última década, em países vizinhos na América Latina, tais como a Bolívia, o Brasil, o Chile, a Colômbia, o Perú, o Uruguai ou o Equador. Mas a elite governante nunca verdadeiramente se considerou ameaçada, até se terem apurado os resultados das eleições presidenciais de 2023.

Neste percurso tenso, encontramos o Presidente Alberto Fernández, associado ao centro-esquerda, que chegou ao poder com a confiança de “jovens, dos setores populares e das províncias do norte”<sup>5</sup> aproveitando o tipo de eleitorado típico dos peronistas. Mas que só cumpriu um mandato, de 2019 a 2023 (consultar Tabela 1). É verdade que foi sob a sua liderança que o país enfrentou os efeitos do Covid19, período em que a capacidade de implementação de medidas foi limitada; e por lei, Alberto Fernández podia recandidatar-se ao cargo. Decidiu não fazê-lo, desiludido com os seus baixos índices de popularidade, ou por reconhecer a incompetência da sua equipa (taxa de rejeição do governo na ordem dos 75%)<sup>6</sup> na resolução da grave crise económico-financeira vivida na Argentina, com hiperinflação de 122% em 2023<sup>7</sup> e níveis de pobreza na casa dos 40% da população<sup>8</sup>.

Alberto Fernández anunciou a sua decisão, de não recandidatura ao cargo de Presidente da República, em abril de 2023. Ao que logo as hostes se movimentaram, como de

---

autoritarismo, nem a democracia conseguiram consolidar-se. A Argentina entre 1930 e 1983 foi um destes. Durante este período, experimentou uma sucessão de golpes militares e de regimes ditatoriais, estes últimos muitas vezes afastados dos ideais de democracia, devido à fraude (na década de 30), ao autoritarismo dos governos eleitos (durante o primeiro peronismo) ou a proscrição do principal partido político, o Justicialista (do final da década de 50, ao início da década de 70). Houve também instabilidade no interior de regimes autoritários, por intrigas políticas e golpes palacianos, em 1930, 1943 1955, 1966 e 1976.» (Gervasoni, 2022: 11)

<sup>5</sup> Ramírez e Vommaro, 2024: 168.

<sup>6</sup> Jütten, 2023: 1.

<sup>7</sup> «Na Argentina, o prognóstico é de uma contração do PIB real de 2,5% em 2023, em função da grave seca. A inflação deve atingir uma média de 122% em 2023, embora isso dependa da evolução da transferência cambial e do grau de aperto das políticas. Os riscos de deterioração da conjuntura continuam a dominar as perspetivas, refletindo a frágil situação económica e social, a incerteza em torno das eleições e as vulnerabilidades a choques externos. A forte adesão ao programa apoiado pelo FMI e a sua implementação sólida serão fundamentais para salvaguardar a estabilidade e abordar os desequilíbrios macroeconómicos persistentes.» (FMI, 2023: 25)

<sup>8</sup> Jütten, 2023: 1.

costume, para reunir apoios em torno de candidatos com capacidade de sobreviver às PASO, programadas para 13 de agosto desse ano, cerca de quatro meses depois do discurso do presidente.

## 2. Análise Política das Eleições Presidenciais de 2023

Apresentaram-se às eleições 22 de outubro de 2023 mais de 27 milhões de argentinos, ou seja, cerca de 77,65% dos potenciais eleitores, que eram 35 milhões, de um total de 45 milhões de pessoas que residem na Argentina<sup>9</sup>.

Candidatos não peronistas como o ex-Presidente Mauricio Macri e Patricia Bullrich do partido de centro direita “Juntos pela Mudança” não obtiveram votos suficientes e transferiram apoio para Milei (que ganhara em 10 províncias e arrecadara 30% de votos, percentagem semelhante à que recebera nas PAO) contra Sergio Massa (que ganhara em 13 províncias e recebera a confiança de 9,6 milhões dos seus concidadãos, o equivalente a 36,7% dos votos).

Sergio Massa possuía perfil de moderado e dialogante, mas fora *Ministro da Economia, Desenvolvimento Produtivo e Agricultura* Presidente Alberto Fernández, designado a 28 de julho de 2022. Era um líder burocrático, que ascendera dentro do seu partido e agradava às elites, mas cujo perfil político não apelava muito às massas. Acabou por ser rejeitado pela população, por já ter governado sem resolver os problemas.

Sergio Massa pertencia ao partido *União pela Pátria*, peronista e kirchnista. Peronista, porque fiel à linha ideológica do falecido Juan Domingo Perón, um militar que fora eleito Presidente da Argentina três vezes, entre 1946 e 1952, 1952 e 1955 e, mais tarde, entre 1973 e 1974. Perón, casado com a carismática Eva Perón, era mestre da propaganda política<sup>10</sup> e fizera uso dos meios de comunicação a seu favor<sup>11</sup>.

Através da rádio, o casal Peron, havia convencido o povo (os descamisados) a confiar-lhe o seu destino, adotando uma estratégia de conquista e manutenção do poder que poderia ser considerada demagógica, oportunista ou até ditatorial.

Vários foram os sucessores deste legado político, incluindo o casal Néstor Kirchner (Presidente da Argentina entre 2003 e 2007) e Cristina Fernández Kirchner, que foi Primeira-Dama enquanto o marido foi vivo, mas chegou a ser eleita Presidente da Argentina e governou entre 2007 e 2015.

---

<sup>9</sup> Jütten, 2023: 2.

<sup>10</sup> «Durante as eleições a radiodifusão não apoiava Perón, assim como fez a imprensa escrita, por isso, no seu governo houve uma constante interferência nas emissoras de rádio culminando com a gradual estatização das mesmas. (...) a propaganda governamental na rádio foi usada de forma intensa. Os discursos de Perón e Eva eram transmitidos em boletins diários de meia em meia hora (...)» (Gonçalvez e Gonçalves, 2010: 55)

<sup>11</sup> «Para a realização do monopólio nos meios de comunicação, no sentido de conter a oposição e de penetrar as suas ideologias, o governo peronista utilizou, principalmente a imprensa periódica e, em seguida, a rádio. (...) O projeto modernista defendido pelo regime peronista está ligado a um projeto nacionalista, para tanto não era possível transformar o país numa nação sem construir uma cultura nacional. Portanto, os meios de comunicação são fundamentais para a divulgação da cultura nacional e do sentimento que deveria ser inculcado nas massas. (...) (Id. *Ibid.*, 52-53)

Javier Milei não promovia consensos políticos, ao contrário dos seus adversários políticos que alimentavam uma noção de sistema com pontes e diálogo permanente dentro do Parlamento. De índole reformista ou até reacionário, defendia a implementação, no país de uma versão da economia clássica, considerada “uma novidade ideológica”<sup>12</sup> para os cânones argentinos.

Milei propunha, por exemplo, reduzir o Estado ao mínimo, deixando o mercado equilibrar-se com base na lei da oferta e da procura, à luz das teorias de Adam Smith e David Ricardo, para estimular o comércio internacional e as exportações argentinas.

Para Milei, o Estado era paternalista e oneroso, pelo que propunha reduzir o número de Ministérios do seu governo e aplicar medidas de austeridade, por exemplo através do corte nas pensões e nos subsídios. Admitia controlar as fronteiras e a imigração, proibindo a entrada de estrangeiros com antecedentes criminais e restabelecer a autoridade das forças de segurança e ter tolerância zero face à calúnia e à denúncia sem provas; ao manifestar-se contra o aborto que é legal desde 2020 na Argentina.

Enquanto líder carismático, Milei era um homem confiante, emotivo ou temperamental, que formulava discursos inflamados e fogosos, de cabelo revoltado<sup>13</sup>, linguagem verbal energética ou até agressiva nos modos. Ao ponto de ser sistematicamente subestimado pela elite governante e até gozado no seu percurso político.

Milei não temia rótulos de candidato fora do sistema. Fazia por apelar aos desconfiados, que já não acreditavam em políticos profissionais, considerados corruptos. Mobilizava os insatisfeitos<sup>14</sup> ou que tinham dificuldade em adaptar-se a um mercado de trabalho que exigia estudos e qualificações ao longo da vida, capacidade de inovação e adaptação a equipas multidisciplinares, a máquinas cada vez mais complexas ou conhecimentos de tecnologia e internet.

Pelos seus detratores, Milei era um populista ao estilo de Donald Trump (Presidente dos EUA entre 2017 e 2021) e de Jair Bolsonaro (Presidente do Brasil entre 2019 e 2022)<sup>15</sup>.

Seria Milei um populista? Para o efeito, teria de ser um ator político de carácter anti-sistémico, oportunista e extremista.<sup>16</sup> É que o populismo é mais do que pura demagogia, é um fenómeno político que tem história, passível de traduzir-se ao nível do discurso, e/ou da estratégia ou da ideologia; e que se alimenta da dicotomia entre opostos

---

<sup>12</sup> Ramírez e Vommaro, 2024: 163.

<sup>13</sup> «Desde o seu surgimento recente, o protagonismo de Milei esteve estreitamente associado a uma linguagem política em particular e a uma estética desconhecida no ecossistema político argentino. Envolve numa aparência que oscilava entre o professoral e o rocambolesco – intercalando aparições de fato e gravata e outras com casaco de cabedal, uma estética mais próxima do rock – as suas intervenções televisivas e de rua destacaram-se rapidamente. As dimensões associadas ao seu aspeto físico tornaram-se centrais na sua identidade política, tanto assim que uma das suas alcunhas, a peruca, provém deste contexto. Na televisão exibia um sorriso instável e uma personalidade inflamável, capaz de oscilar entre a raiva e um sorriso ternurento. O seu estilo não condizia com o imaginário associado ao poder e à liderança política.» (Ramírez e Vommaro, 2024: 163).

<sup>14</sup> «O líder populista vangloria-se de ser o porta-voz da maioria injustiçada contra os *lobbies* de interesses particulares, ou dos grupos minoritários privilegiados que impedem a felicidade da população. Se for necessário derrubar barreiras, torna-se anti-sistémico e, nessa medida, pode ser radical ou impingir algum tipo de rutura com o *status quo*.» (Sousa Galito, 2017: 25)

<sup>15</sup> Jütten, 2023: 1.

<sup>16</sup> Sousa Galito, 2018: 94.

(elite/povo, nós/outros, ricos/pobres), para *dividir para reinar*, enquanto estratégia de alcance do poder, razão pela qual é perigoso, pois ao instigar a rutura e comportamentos agressivos ou mobilizações de massas que podem destruir ou descontrolar-se, ao ponto de implodir com o sistema ou regime político vigente<sup>17</sup>.

Milei gerava medo e ansiedade face ao desconhecido, por causa das medidas que propunha de matriz económica (libertário, a favor do ultraliberalismo ou do anarco-capitalismo) ou geopolítica, de realinhamento de alianças no xadrez mundial, ao censurar Papa, posição arrojada para candidato a líder de país onde a maioria da população é católica, ainda mais quando o atual líder do Vaticano é argentino; ao criticar o MERCOSUL (ou ao dispensar a participação da Argentina no processo de alargamento dos BRICS, prevista para janeiro de 2024, por desconfiar deste grupo económico que representa (ou deseja representar) o Sul Global; optando por (re) aproximar-se dos EUA, o líder do mundo livre e ocidental, mas até há pouco tempo considerado um rival regional.

Estaria ele a falar a sério? Milei, considerado demagogo da extrema-direita, parecia capaz de vender gato por lebre a um povo castigado e disposto a votar em soluções de rutura, para contrariar a crise generalizada em que o país vivia. Rotulado como amador “completamente desprovido de experiência política ou antecedentes em gestão pública”<sup>18</sup> era, apesar de tudo, um homem como formação superior; um economista com curta carreira política; até mesmo um *influencer* que tinha conquistado notoriedade mediática na televisão desde 2018, mas que conquistou popularidade suficiente para ser eleito deputado nas eleições legislativas pelo partido LLA, A Liberdade Avança (*La Libertad Avanza*), ascendendo à categoria de deputado<sup>19</sup>.

No escrutínio de 19 de novembro de 2023, Javier Milei obteve 55,65% de votos e Sergio Massa recebeu 44,35% dos votos. Pelo que o primeiro assumiu a Presidência da República da Argentina a 10 de dezembro de 2023. E agora? Seria ele capaz de implementar o seu programa político?

No seu discurso de tomada de posse (nas escadarias do Congresso, desafiando o protocolo), Milei fez questão de frisar que fora eleito de forma expressiva pelos seus conterrâneos e que, portanto, tinha legitimidade democrática para implementar o seu programa de governo: «Os argentinos expressaram de forma retumbante uma vontade de mudança que não tem retorno. Não há volta a dar. Hoje enterramos décadas de fracasso, lutas internas e disputas sem sentido. Lutas que só conseguiram destruir o nosso amado país e deixar-nos em ruínas. Hoje começa uma nova era de paz e prosperidade, uma era de crescimento e desenvolvimento, uma era de liberdade e progresso.» (Milei, 2024).

O novo Presidente da República explicou que os argentinos haviam votado num programa de governo pró liberalismo de «(...) *respeito irrestrito ao projeto de vida dos outros, baseado no princípio da não agressão, em defesa do direito à vida, à liberdade e à*

---

<sup>17</sup> «O populismo almeja agradar às massas, tenta satisfazer as suas vontades e necessidades imediatas, mesmo que estas não tenham viabilidade no futuro. Pode ter boas intenções, mas arrisca-se a ser paternalista, ao infantilizar o recetor da mensagem. Ao entretê-lo, mascara os intentos dos agentes individuais e coletivos que o promovem. Tudo depende dos bastidores da sua política. Mas ao aproveitar-se das carências da plebe, o demagogo manipula-a. Por isso, o populismo pode ser maquiavélico, instrumental, incendiário e perigoso.» (Sousa Galito, 2017: 24)

<sup>18</sup> Ramírez e Vommaro, 2024: 163.

<sup>19</sup> Cf. Centenera (2021) e Centenera (2023).

*propriedade, cujas instituições fundamentais são: propriedade privada, mercados livres da intervenção do Estado, livre concorrência, divisão do trabalho e cooperação social (...) novo contrato social, que os argentinos escolheram. Este novo contrato social propõe um país diferente, um país em que o Estado não dirige as nossas vidas, mas zela pelos nossos direitos.» (Milei, 2024)*

Ao assumir o cargo, Milei também tentou pacificar os seus detratores e opositores internos: «Quanto à classe política argentina, gostaria de lhes dizer: não estamos aqui para perseguir ninguém, não estamos aqui para resolver velhas vinganças, nem para discutir áreas de poder. O nosso projeto não é um projeto de poder, o nosso projeto é um projeto para o país; não estamos a pedir um apoio cego, mas não toleraremos que a hipocrisia, a desonestidade ou a ambição de poder interfiram na mudança que nós, argentinos, escolhemos.» (Milei, 2024)

É ainda possível consultar uma versão mais completa do discurso de Milei nas escadarias do Congresso no Anexo 2.

Seja como for, o atual ocupante da Casa Rosada<sup>20</sup>, sede oficial da Presidência da República, não demorou a implementar políticas de austeridade e de controlo de despesa pública, em consonância com as suas promessas em campanha eleitoral.

Conferem-se aqui alguns exemplos, uns mais específicos do que outros, mas que procuram ilustrar o estilo de governação. Por um lado, o governo proibiu os funcionários, que viajam de avião com bilhetes pagos por institutos públicos, de utilizarem as milhas, que dessa forma acumularem, em viagens privadas (Adorni, 2024a).

Por outro lado, iniciou cortes no SENASA, ou seja, no Serviço Nacional de Sanidade e Qualidade Agroalimentar (Adorni, 2024b). Cancelou o Fundo de Fortalecimento Fiscal da província de Buenos Aires (medida imediatamente contestada pelo governador Axel Kicillof, que prometeu recorrer da decisão)<sup>21</sup>.

O Presidente Milei também limitou recursos para Chubut, uma região da Patagónia. O respetivo governador, Ignacio Torres, recorreu à justiça, ameaçando suspender o fornecimento de gás e de petróleo para o resto do país, recebendo solidariedade de outros governadores. A primeira instância da justiça federal deliberou a favor da devolução dos fundos a Chubut, no dia 27 de fevereiro de 2024. Ao que o Presidente Milei informou que iria recorrer da decisão e censurou a elite governante, por esta querer manter os seus privilégios a todo o custo e pela forma como desafiava a autoridade do governo federal<sup>22</sup>.

O governo de Milei não tem apenas controlado os gastos. Também avançou com a sua agenda social. Por exemplo, interditou o uso de linguagem neutra, associada à ideologia

---

<sup>20</sup> Casa Rosada, Presidencia. URL: <https://www.casarosada.gob.ar/>

<sup>21</sup> Cf. León (2024).

<sup>22</sup> «Em entrevista ao jornal La Nación, Torres afirmou que o objetivo do governo nacional é “matar uma província para exemplificar e disciplinar o resto” e acrescentou que Milei corta “qualquer ponte de diálogo com qualquer governador, deputado ou qualquer pessoa que ouse dizer que não está de acordo com algo”. Em uma rede social, o presidente Javier Milei comentou a crise política justificando que “a casta política está chafurdando na miséria e apelando a todo tipo de mentiras para defender seus privilégios e assim carregar os custos de seus delírios sobre os bons argentinos”. Ao justificar o cancelamento do fundo de Buenos Aires, o governo argentino disse que a medida é necessária para efetuar o ajuste fiscal de até 5% do Produto Interno Bruto (PIB) nas contas do Estado.» (León, 2024)



do género e à causa LGBT, nas Forças Armadas argentinas<sup>23</sup>; e, depois, estendeu essa proibição a toda a administração pública.<sup>24</sup> Um posicionamento que coincide com as indicações da Academia Real Espanhola, uma instituição dedicada à norma linguística dos países de língua espanhola<sup>25</sup>.

Em fevereiro, Milei aproveitou para prever uma recuperação da economia num prazo de três meses e comemorou o primeiro *superavit fiscal* mensal da Argentina em doze anos, relativo ao mês de janeiro de 2024. Mas ainda não resolveu o problema da pobreza, sobretudo infantil, nem da hiperinflação.

No âmbito da política externa, o novo governo enviou carta para os BRICS a 22 de dezembro de 2023 e anunciou que o fez, publicamente, a 29 de dezembro de 2023. Na perspetiva de Javier Milei, o momento não era oportuno para a Argentina participar no processo de alargamento dos BRICS e aderir como Estado-Membro, a partir de 1 de janeiro de 2024, conforme negociado pelo seu antecessor no cargo (o ex-Presidente Alberto Fernández, do quadro político da esquerda, aliado de líderes como Lula da Silva, Presidente do Brasil).

O Presidente Javier Milei, defensor do liberalismo clássico, parece gravitar mais em torno dos EUA e dos países ocidentais, mais próximos da sua matriz cultural e do seu modelo económico de referência, recusando servir os interesses de Estados autoritários como a Rússia e a China.

Importa salientar que a 5 de fevereiro, iniciou périplo internacional em representação da Argentina. Fez visitas de Estado, cuja primeira paragem foi Israel, onde visitou o Primeiro-Ministro Benjamin Netanyahu. Depois foi a Itália conversar com a Primeira-Ministra Giorgia Meloni; e participou na canonização da primeira santa argentina, Mama Antula, no Vaticano, na companhia do Papa (apesar das críticas que lhe endereçara em campanha).

Estes são apenas alguns exemplos de política interna e externa que Javier Milei está desenvolver; mas são talvez ilustrativos. Ele está claramente a posicionar-se no xadrez geopolítico e a jogar o futuro da Argentina com base na sua ideologia política.

Resta saber até onde ele está disposto a levar a sua agenda política, face à previsível resistência de *lobbies* internos e externos. Não lhe será fácil defender medidas de austeridade em rutura com a matriz cultural, com hábitos enraizados no país e com alianças estratégicas tradicionais, mas também ainda é cedo para avaliar, cientificamente, os resultados das suas políticas públicas.

---

<sup>23</sup> Cf. Observatório de Igualdade de Género da América Latina e do Caribe (s.d.).

<sup>24</sup> «Por decisão do Presidente Javier Milei, o governo vai dar início a um processo de proibição da linguagem inclusiva e de tudo o que esteja relacionado com a perspetiva de género em toda a administração pública nacional. Naturalmente, já conhece os pormenores e não será possível utilizar a *entra e*, *@*, *x* e evitar a inclusão desnecessária do feminino em todos os documentos da administração pública.» (Adorni, 2024b)

<sup>25</sup> Real Academia Espanhola (2020).

## Conclusão

Na Argentina, as mais recentes eleições Presidenciais foram convocadas para o dia 22 de outubro de 2023. Exerceram direito de voto cerca de 77,6% dos eleitores. Os dois candidatos mais votados, pelos cerca de 27 milhões de argentinos, foram Sergio Massa e Javier Milei.

Na segunda volta, marcada para 19 de novembro de 2023, Javier Milei obteve 55,65% de votos, quando Sergio Massa apenas amealhou 44,35% dos votos. Pelo que a população deu carta-branca ao candidato mais excêntrico, com agenda político mais arriscada e capaz de desafiar o xadrez geopolítico.

Javier Milei assumiu a Presidência da República da Argentina a 10 de dezembro de 2023. Deste então, tem defendido políticas coincidentes com a ideologia clássica, liberal na economia e conservadora nos costumes, sem descurar políticas públicas de austeridade e de controlo das contas públicas.

O novo Presidente mexe as suas peças no tabuleiro da geopolítica regional e internacional com um desígnio em mente, e não mede esforços ou palavras para o levar a efeito. Não parece desconfiar tanto da política dos EUA como alguns dos seus antecessores. Sem surpresas, impediu a Argentina de se tornar Estado-Membro dos BRICS no dia 1 de janeiro de 2024. Entre as suas primeiras visitas de Estado foram ao Vaticano, a Israel e a Itália. Mas será preciso esperar para avaliar os efeitos, não só temporários mas também duradouros, da sua política externa.

## Bibliografia

ADORNI, M. (2024a). “Conferencia de prensa del vocero presidencial Manuel Adorni, desde Casa Rosada”. *Casa Rosada*, Presidencia, 26 fevereiro. (consultado 28 fevereiro 2024). URL: <https://www.casarosada.gob.ar/informacion/conferencias/50372-conferencia-de-prensa-del-vocero-presidencial-manuel-adorni-desde-casa-rosada-19>

ADORNI, M. (2024b). “Conferencia de prensa del vocero presidencial Manuel Adorni, desde Casa Rosada”. *Casa Rosada*, Presidencia, 27 fevereiro. (consultado 28 fevereiro 2024). URL: <https://www.casarosada.gob.ar/informacion/conferencias/50375-conferencia-de-prensa-del-vocero-presidencial-manuel-adorni-desde-casa-rosada-20>

ASSOCIAÇÃO ARGENTINA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (2024). “Presidentes Argentinos”. A – Al Servicio del Sector Público. (consultado a 22 de fevereiro de 2024). URL: <http://adminpublica.org.ar/#!/-presidentes-argentinos/>

CENTENERA, M. (2021). “La ultraderecha entra en el Congreso de Argentina”. *Jornal El País*. (consultado a 7 de Fevereiro de 2024). URL: <https://elpais.com/internacional/2021-11-15/la-ultraderecha-entra-en-el-congreso-argentino.html#>

CENTENERA, M. (2023). “Javier Milei’s U-turn on Macri: How Argentina’s former president went from foe to friend.” *Jornal EL PAÍS*. (consultado a 23 de Fevereiro de 2024). URL: <https://english.elpais.com/international/2023-11-01/javier-mileis-u-turn-on-macri-how-argentinas-former-president-went-from-foe-to-friend.html>

FMI (2023). “Perspetivas Económicas: As Américas – Assegurar uma Inflação Baixa e Promover o Crescimento Potencial”. *Publicações do Fundo Monetário Internacional, Cataloging in Publication Data IMF Library*, Outubro, pp.i-vi e 1-37.

GERVASONI, C. (2022). “Prólogo”. In Querido, L. e Fernández, E. *36 Anos de Elecciones Presidenciales en Argentina (1983-2019) – Un Análisis del Sistema Electoral Argentino desde la Recuperación democrática em 1983*. CABA: Dunken; pp. 11-16.

GONÇALVES, D. e GONÇALVES, K. (2010). “O uso dos meios de comunicação para a divulgação do governo de Juan Domingo Perón (1946-1955)”. *Revista de Artes e Humanidades*, N.º 5, Novembro-Abril, pp. 42-57 (consultado a 27 de fevereiro de 2024). URL: [https://www.revistacontemporaneos.com.br/n5/pdf/d7\\_PERON.pdf](https://www.revistacontemporaneos.com.br/n5/pdf/d7_PERON.pdf)

JÜTTEN, M. (2023). “Argentina: Outcome of the 2023 Elections – beginning of a New Era?”. *EPRS – European Parliamentary Research Service, At a Glance*, November, pp. 1-2.

LEÓN, L. (2024). “Milei corta verba de províncias e abre crise política na Argentina”. *Agência Brasil, Internacional*. (consultado a 28 de fevereiro 2024) URL: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2024-02/milei-corta-verba-de-provincias-e-abre-crise-politica-na-argentina>

MAINWARING, S. and PÉREZ-LINÁN (2013). *Democracies and Dictatorships in Latin America – Emergence, Survival and Fall*. New York: Cambridge University Press.

MILEI, J. (2024). “Palabras del presidente de la Nación, Javier Milei, luego del acto de jura y asunción presidencial, desde las escalinatas del Honorable Congreso de la Nación”. *Casa Rosada, Presidencia, Discursos*. (consultado a 24 fevereiro 2024). URL: <https://www.caserosada.gob.ar/informacion/discursos/50258-palabras-del-presidente-de-la-nacion-javier-milei-luego-del-acto-de-jura-y-asuncion-presidencial-desde-las-escalinatas-del-honorable-congreso-de-la-nacion>

OBSERVATÓRIO DE IGUALDADE DE GÉNERO DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE (s.d.). “Argentina - Sistema político e eleitoral”. *CEPAL, Nações Unidas* (consultado a 7 de Fevereiro de 2024). URL: <https://oig.cepal.org/pt/paises/5/system>.

RAMÍREZ, I. E VOMMAR, G. (2024). “*Milei, por qué?* Hechos e Interpretaciones de una erupción electora”. *Revista Más Poder Local*, 55, pp. 161-171.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA (2020). “Informe de la Real Academia Española sobre el uso del lenguaje inclusivo en la Constitución española, elaborado a petición de la vicepresidenta del Gobierno. 16 de enero, pp.1-242. (consultado a 28 fevereiro 2024) URL: <https://www.rae.es>

RODRÍGUEZ MASENA, P. (s.d.). “Sistema electoral argentino”. In F. Sassone e M. A. Cuéllar Camarena (Eds.), *Sistemas electorales y Partidos políticos en Argentina*. Instituto Nacional de Capacitación Política; Ministerio del Interior Argentina; pp. 20-31.

SOUSA GALITO, Maria (2017). “Populismo – Conceptualização do Fenómeno”. *Working Paper CEsA CSG* N.º 158, ISEG-UL, pp. 1-32. (consultado a 24 fevereiro de 2024). URL: [https://www.researchgate.net/publication/320347781\\_Populismo\\_-\\_Conceptualizacao\\_do\\_Fenomeno#fullTextFileContent](https://www.researchgate.net/publication/320347781_Populismo_-_Conceptualizacao_do_Fenomeno#fullTextFileContent)

SOUSA GALITO, Maria (2018). “An Essay on Populism”. *Livro de Actas - 3º Fórum Investigação CSG* – Centro de Ciências Sociais e de Gestão do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa, capítulo 9, pp. 88-133.

TORRES RAMÍREZ, C. (2023). “El sistema electoral de Argentina”. *Instituto Belisario Domínguez: Senado De La República*, N.º 207, pp. 1–13. URL: <http://bibliodigitalibd.senado.gob.mx/handle/123456789/6110>

UNESCO (s/d). “Constitución de la Nación Argentina”. Honorable Camara de Diputados de La Nacion. Secretaria parlamentaria. Dirección de Información Parlamentaria. (Consultado a 27 de fevereiro de 2024). URL: [https://siteal.iiep.unesco.org/sites/default/files/sit\\_accion\\_files/constitucion\\_nacional\\_0.pdf](https://siteal.iiep.unesco.org/sites/default/files/sit_accion_files/constitucion_nacional_0.pdf)

## ANEXO 1

Período	Nomes dos Presidentes	Mandato
1862-1868	Bartolomé Mitre	
1868-1874	Domingo F. Sarmiento	
1874-1880	Nicolás Avellaneda	
1880-1886	Julio Argentino Roca	
1886-1890	Miguel Juárez Celman	
1890-1892	Carlos Pellegrini	Vice-presidente que assume a Presidência
1892-1895	Luis Sáenz Peña	
1895-1898	José Evaristo. Uriburu	Vice-presidente que assume a Presidência
1898-1904	Julio Argentino Roca	
1904-1906	Manuel Quintana	
1906-1910	José Figueroa Alcorta	Vice-presidente que assume a Presidência
1910-1914	Roque Sáenz Peña	
1914-1916	Victorino de la Plaza	Vice-presidente que assume a Presidência
1916-1922	Hipólito Yrigoyen	Eleições
1922-1928	Marcelo T. de Alvear	Eleições
1928-1930	Hipólito Yrigoyen	Eleições
1930-1930	Enrique Martínez	Vice-presidente que assume a Presidência
1930-1932	José Félix Uriburu	Golpe de Estado
1932-1938	Agustín P. Justo	Eleições
1938-1942	Roberto M. Ortiz	Eleições
1942-1943	Ramón S. Castillo	Vice-presidente que assume a Presidência, por renúncia presidencial
1943-1943	Arturo Rawson	Golpe de Estado
1943-1944	Pedro P. Ramírez	Substituição em regime de facto
1944-1946	Edelmiro J. Farrell	Substituição em regime de facto
1946-1952	Juan Domingo Perón	Eleições
1952-1955	Juan Domingo Perón	Eleições
1955-1955	Eduardo Lonardi	Golpe de Estado
1955-1958	Pedro E. Aramburu	Substituição em regime de facto
1958-1962	Arturo Frondizi	Eleições
1962-1963	José María Guido	Golpe de Estado
1963-1966	Arturo Umberto Illia	Eleições
1966-1970	Juan Carlos Onganía	Golpe de Estado
1970-1971	Roberto Marcelo Levingston	Substituição em regime de facto

*Tabela A1: Presidentes da Argentina (1862-1971)*

Período	Nomes dos Presidentes	Mandato
1971-1973	Alejandro Lanusse	Substituição em regime de facto
1973-1973	Héctor J. Cámpora	Eleições
1973-1973	Raúl A. Lastiri	Vice-presidente que assume a Presidência, por renúncia presidencial
1973-1974	Juan Domingo Perón	Eleições
1976-1981	Jorge R. Videla	Golpe de Estado
1981-1981	Roberto Viola	Substituição em regime de facto
1981-1981	Horacio Tomás Liendo	Substituição em regime de facto
1981-1981	Carlos Alberto Lacoste	Substituição em regime de facto
1981-1982	Leopoldo Galtieri	Substituição em regime de facto
1982-1982	Alfredo Oscar Saint-Jean	Substituição em regime de facto
1982-1983	Reynaldo Bignone	Substituição em regime de facto
1983-1989	Raúl Alfonsín	Eleições
1989-1995	Carlos Saúl Menem	Eleições
1995-1999	Carlos Saúl Menem	Eleições
1999-2001	Fernando De la Rúa	Eleições
2001-2001	Federico Ramón	Por lei de Acefalia
2001-2001	Adolfo Rodríguez Saá	Pela Assembleia Legislativa
2001-2002	Eduardo Camaño	Por lei de Acefalia
2002-2003	Eduardo Duhalde	Pela Assembleia Legislativa
2003-2007	Néstor Kirchner	Eleições
2007-2011	Cristina Fernández de Kirchner	Eleições
2011-2015	Cristina Fernández de Kirchner	Eleições
2015-2019	Mauricio Macri	Eleições
2019-2023	Alberto Fernández	Eleições
2023/...	Javier Milei	Eleições

*Tabela A2: Presidentes da Argentina (1971-2024)*

## ANEXO 2

### **Discurso de tomada de posse do novo Presidente da Argentina, Javier Milei.** (10 janeiro 2024, Escadarias do Congresso)

*«Hola a todos. Señores ministros de la Corte, señores gobernadores, señores diputados y senadores nacionales, presidentes y dignatarios extranjeros, argentinos, hoy comienza una nueva era en la Argentina, hoy damos por terminada una larga y triste historia de decadencia y declive, y comenzamos el camino de la reconstrucción de nuestro país. Los argentinos de manera contundente han expresado una voluntad de cambio que ya no tiene retorno. No hay vuelta atrás. Hoy enterramos décadas de fracaso, peleas intestinas y disputas sin sentido; peleas que lo único que han logrado es destruir nuestro querido país y dejarnos en la ruina. Hoy comienza una nueva era en Argentina, una era de paz y prosperidad, una era de crecimiento y desarrollo, una era de libertad y progreso.*

*Hace 200 años un grupo de ciudadanos argentinos, reunidos en San Miguel de Tucumán, le dijeron al mundo que las provincias unidas del Río de la Plata no eran más una colonia española, y que a partir de ese histórico momento seríamos una nación libre y soberana. Durante décadas, nos enfrentamos en disputas internas acerca de cuál debía ser la forma institucional que nuestro país necesitaba. En 1853, luego de 40 años de haber declarado la Independencia, bajo el auspicio de un pequeño grupo de jóvenes idealistas, que hoy conocemos como la generación del 37, decidimos como pueblo abrazar las ideas de la Libertad. Así se sancionó una Constitución Liberal, con el objetivo de asegurar los beneficios de la Libertad, para nosotros, para nuestra posteridad y para todos los hombres del mundo que quieran habitar el suelo argentino. Lo que vino después de la sanción de esa Constitución, de fuerte raigambre liberal, fue la expansión económica más impresionante de nuestra historia. De ser un país de bárbaros enfrascados en una guerra sin cuartel, pasamos a ser la primera potencia mundial. Para principios del siglo XX éramos el faro de luz de Occidente. Nuestras costas recibían con brazos abiertos a millones de inmigrantes que se escapaban de una Europa desbastada en búsqueda de un horizonte de progreso. Lamentablemente nuestra dirigencia decidió abandonar el modelo que nos había hecho ricos, y abrazaron las ideas empobrecedoras del colectivismo. Durante más de 100 años los políticos han insistido en defender un modelo que lo único que genera es pobreza, estancamiento y miseria. Un modelo que considera que los ciudadanos estamos para servir a la política y no que la política existe para servir a los ciudadanos. Un modelo que considera que la tarea de un político es dirigir la vida de los individuos en todos los ámbitos y esferas posibles; un modelo que considera la Estado como un botín de guerra que hay que repartir entre los amigos. Señores, ese modelo ha fracasado, ha fracasado en todo el mundo, pero en especial ha fracasado en nuestro país. Así como la caída del Muro de Berlín marcó el final de una época trágica para el mundo, estas elecciones han marcado el punto de quiebre de nuestra historia. En estos días mucho se ha hablado de la herencia que vamos a recibir.*

*Dejen que sea muy claro en esto: ningún gobierno ha recibido una herencia peor que la que estamos recibiendo nosotros. El kirchnerismo, que en sus inicios se jactaba de tener superávit gemelos, esto es: superávit fiscal y externo, hoy nos deja déficit gemelos por 17 por ciento del PBI. A su vez, de esos 17 puntos del PBI, 15 corresponden al déficit consolidado entre el Tesoro y el Banco Central. Por lo tanto, no existe solución viable en la que se evite atacar al déficit fiscal. Al mismo tiempo, de esos 15 puntos de déficit fiscal, 5 corresponden al Tesoro Nacional y 10 al Banco Central, por lo que la solución implica, por un lado, un ajuste fiscal en el sector público nacional de 5 puntos del PBI, que a diferencia del pasado, caerá casi totalmente sobre el Estado y no sobre el sector privado. Por el otro, es necesario limpiar los pasivos remunerados del Banco Central, los cuales son responsables de los 10 puntos de déficit del mismo. De esta manera se pondría fin a la emisión de dinero, y con ello, a la única causa de la inflación empíricamente cierta y válida en términos teóricos. Sin embargo, dado que la política monetaria actúa con un rezago, que oscila entre 18 y 24 meses, aún cuando hoy dejemos de emitir dinero, seguiremos pagando los costos del desmadre monetario del gobierno saliente. Haber emitido por 20 puntos del PBI como se hizo en el gobierno saliente, no es gratis, lo vamos a pagar en inflación. A su vez, el cepo cambiario, otra herencia de este gobierno, no solo constituye una pesadilla social y productiva, porque implica altas tasas de interés, bajo nivel de actividad, escaso nivel de empleo formal y salarios reales miserables, que impulsan el aumento de pobres e indigentes, sino que, además, el sobrante de dinero en la economía, hoy es el doble que había en la previa del “Rodrigazo”. Para tener una idea de lo que eso implica, recordemos que el “Rodrigazo” multiplicó por seis veces la tasa de inflación. Por lo que un evento similar significaría multiplicar la tasa de inflación por 12 veces, y dado que la misma viene viajando a un ritmo del 300 por ciento, podríamos pasar a una tasa anual del 3.600. A su vez (Tranquilos que no termina acá, la herencia sigue) dada la situación de los pasivos remunerados del Banco Central, la cual es peor que la que había en la previa de la hiperinflación de Alfonsín, en muy poco tiempo, se podría cuadruplicar la cantidad de dinero y con ello llevar a la inflación a niveles del 15 mil por ciento anual. Esta es la herencia que nos*

dejan, una inflación plantada del 15 mil por ciento anual, la cual vamos a luchar contra uñas y dientes para erradicarla. Es más, este número que parece un disparate, quiero que sepan que implica una inflación del 52 por ciento mensual. Mientras que hoy mismo ya viaja a un ritmo, de acuerdo a estimaciones privadas que oscilan entre el 20 y el 40 por ciento mensual, para los meses entre diciembre y febrero. Esto es, el gobierno saliente nos ha dejado plantada una hiperinflación, y es nuestra máxima prioridad hacer todos los esfuerzos posibles para evitar semejante catástrofe, que llevaría a la pobreza por encima del 90 por ciento, y la indigencia por encima del 50. En consecuencia, no hay solución alternativa al ajuste. Por otra parte, la herencia no termina ahí; ya que los desequilibrios en tarifas son solo equiparables al desastre que dejó el kirchnerismo en el año 2015. En el plano cambiario la brecha oscila entre 150 y 200 por ciento, niveles también similares a los que teníamos en el “Rodrigazo”. A su vez, la deuda con importadores supera los 30 mil millones de dólares; y las utilidades retenidas a las empresas extranjeras alcanza los 10 mil millones de dólares. La deuda del Banco Central e YPF suman 25 mil millones de dólares, y la deuda del tesoro pendiente suma unos 35 mil millones de dólares adicionales. Esto es la bomba -en términos de deuda- asciende a 100 mil millones de dólares que habrá que sumar a los cerca de 420 mil millones de dólares de deuda ya existente. Naturalmente a estos problemas hay que sumarle también los vencimientos de deuda de este año, donde los vencimientos de deuda en pesos son equivalentes a 90 mil millones de dólares y 25 mil millones de dólares en moneda extranjera con organismos multilaterales de crédito. Sin embargo, con mercados financieros cerrados y el acuerdo con el FMI caído por los brutales incumplimientos del Gobierno saliente el roll over de deuda es por demás desafiante aún para el mítico cíclope. Como si todo esto fuera poco esto transcurre en una economía que no crece desde el año 2011; y en línea a lo anterior, el empleo formal en el sector privado se mantiene estancado en 6 millones de puestos de trabajo llegando a la locura que al mismo es superado en un 33 por ciento por el empleo informal; por ello, no debería sorprender a nadie que los salarios reales se hayan destruido; ubicado en torno a los 300 dólares mensuales, los cuales, no solo son seis veces inferiores a los de la convertibilidad, sino que de haberse mantenido la tendencia de aquellos años -o como los decían ellos: “el maldito liberalismo”- hoy oscilaría entre 3 mil y 3.500 dólares por mes. Nos han arruinado la vida, nos han hecho caer por diez veces nuestros salarios. Por lo tanto, tampoco nos debería sorprender que el populismo nos esté dejando 45 por ciento de pobres y 10 por ciento de indigentes. Luego de dicho cuadro de situación que a todas luces parece irremontable, debe quedar claro que no hay alternativa posible al ajuste. Tampoco hay lugar a la discusión entre shock y gradualismo; en primer lugar, porque desde el punto de vista empírico todos los programas gradualistas terminaron mal; mientras que todos los programas de shock -salvo el de 1959- fueron exitosos. En segundo lugar, porque desde el punto de vista teórico si un país carece de reputación - como lamentablemente es el caso de Argentina - los empresarios no invertirán hasta que vean el ajuste fiscal haciendo que el mismo sea recesivo. En tercer lugar, y no por ello menos importante, para hacer gradualismo es necesario que haya financiamiento; y lamentablemente tengo que decirselos de nuevo, no hay plata. Por ende, la conclusión es que no hay alternativa al ajuste y no hay alternativa al shock. Naturalmente eso impactará de modo negativo sobre el nivel de actividad, el empleo, los salarios reales, la cantidad de pobres e indigentes. Habrá estanflación, es cierto, pero no es algo muy distinto de lo que ha pasado en los últimos doce años; recordemos que los últimos doce años el PBI per cápita ha caído 15 por ciento, en un contexto donde acumulamos 5 mil por ciento de inflación; por lo tanto, hace más de una década que vivimos en estanflación, por lo tanto, este es el último más trago para comenzar la reconstrucción de Argentina. A su vez, luego del reacomodamiento del macro que vamos a impulsar, el cual será menos doloroso cuanto mayor sea la caída del riego país y cuanto mejor sea nuestra contención desde el Ministerio de Capital Humano, la situación comenzará a mejorar; esto es: habrá luz al final del camino. En el caso alternativo la propuesta sensiblera progresista cuya única fuente de financiamiento es la emisión de dinero derivará en una hiperinflación que llevará al país a la peor crisis de su historia, sumado a que nos meterá en un espiral decadente que nos equiparará con la oscuridad de la Venezuela de Chávez y Maduro; por lo tanto, luego de semejante cuadro de situación no deben quedar dudas de que la única oposición posible es al ajuste. Un ajuste ordenado y que caiga con toda su fuerza sobre el Estado y no sobre el sector privado. Sabemos que será duro, por eso quiero también traerles una frase sobresaliente de uno de los mejores presidentes de la historia argentina, que fue Julio Argentino Roca; Nada grande, dad estable y duradero se conquista en el mundo cuando se trata de la libertad de los hombres, y de engrandecimiento de los pueblos si no es a costa de supremos esfuerzos y dolorosos sacrificios; pero nuestros desafíos no terminan solamente en el plano económico. El nivel de deterioro de nuestro país es tal que abarca todas las esferas de la vida en comunidad.

En materia de seguridad, Argentina, se ha convertido en un baño de sangre; los delincuentes caminan libres, mientras los argentinos de bien se encierran tras las rejas. El narcotráfico se apoderó lentamente, de nuestras calles, a punto tal que una de las ciudades más importante de nuestro país, ha sido secuestrada por los narcos y el nivel de deterioro de nuestro país es tal que abarca todas las esferas de la vida en comunidad. En materia de seguridad, Argentina, se ha convertido en un baño de sangre; los



*delincuentes caminan libres, mientras los argentinos de bien se encierran tras las rejas. El narcotráfico se apoderó lentamente, de nuestras calles, a punto tal que una de las ciudades más importante, de nuestro país, ha sido secuestrada por los narcos y nuestras fuerzas de seguridad han sido humilladas y maltratadas, durante décadas; han sido abandonados por una clase política, que le ha dado la espalda a quienes nos cuidan. La anomia es tal, que sólo el 3 por ciento de los delitos, son condenados; se acabó con el “siga, siga” de los delincuentes.*

*En material social estamos recibiendo un país, donde la mitad es pobre, con el tejido social completamente roto. Así, más de 20 millones de argentinos no pueden vivir una vida digna porque son presos de un sistema, que lo único que genera es más pobreza. Como dice el gran Jesús Huerta de Soto: “los planes contra la pobreza generan más pobreza”. La única forma de salir de la pobreza es con más libertad.. Al mismo tiempo, 6 millones de chicos – hoy a la noche – se irán a dormir con hambre; algunos caminan descalzo por la calle y otros cayeron en la droga. Lo mismo ocurre, en materia educativa; para que tengan idea del deterioro, que vivimos, sólo el 16 por ciento, de nuestros chicos, se reciben – en tiempo y forma – en la escuela. Sólo el 16 por ciento, repito, sólo 16 de cada 100. Es decir que el 84 por ciento de nuestros chicos no termina la escuela, en tiempo y forma. A su vez el 60 por ciento de los chicos - que sí terminan la escuela - no pueden resolver un problema de Matemática básica o comprender un texto. De hecho, en las últimas evaluación Pisa, la Argentina se encuentra en el puesto 66, de 81 y séptima, en América Latina, siendo que Argentina fue el primer país en terminar con el analfabetismo, en el mundo. Si se levantara Sarmiento y viera lo qué hicieron de la educación.*

*En materia de salud, el sistema se encuentra completamente colapsado, pues los hospitales están destruidos; los médicos cobran una miseria y los argentinos no tienen acceso a salud básica. Tan es así, que - durante la pandemia - si los argentinos hubiéramos hecho las cosas como la media de los países, no hubiéramos tenido 30 mil muertos, pero gracias al “Estado te cuida” y su ineficiencia 130.000 argentinos perdieron la vida. Ese es el Estado presente, del que los políticos tanto hablan, argumento que utilizan para justificar el aumento descomunal del gasto público, que sólo los beneficia a ellos. En todas las esferas – miren dónde miren – la situación, de la Argentina es de emergencia. Si miramos la infraestructura, de nuestro país, la situación es la misma, pues sólo el 16 por ciento, de nuestras rutas, se encuentran asfaltadas y sólo el 11 por ciento se encuentra en buen estado. Por eso, no es casualidad que mueran 15.000 argentinos, por año, en accidentes de tránsito. Lo que quiero graficar con todo esto es que la situación, de la Argentina, es crítica y de emergencia. No tenemos alternativas ni tampoco tenemos tiempo; no tenemos márgenes para discusiones estériles, pues nuestro país exige acción y una acción inmediata.*

*(...) Hoy volvemos a abrazar las ideas de la libertad, esas ideas que se resumen en la definición de liberalismo de nuestro máximo prócer de las ideas de la libertad, el profesor Alberto Benegas Lich, hijo, que dice: “el liberalismo es el respeto irrestricto del proyecto de vida del prójimo, basado en el principio de no agresión, en defensa del derecho a la vida, a la libertad y a la propiedad, cuyas instituciones fundamentales son: la propiedad privada, los mercados libres de intervención estatal, la libre competencia, la división del trabajo y la cooperación social”. En esa frase - de 57 palabras – está resumida la esencia del nuevo contrato social, que eligieron los argentinos. Este nuevo contrato social nos propone un país distinto, un país en el que el Estado no dirija nuestras vidas, sino que vele por nuestros derechos; un país en el que las hace... las paga. Además, un país, en el que corta la calle – violando los derechos de sus conciudadanos – no recibe la asistencia de la sociedad. Puesto en otros términos: el que corta, no cobra; un país, que dentro de la ley, permite todo, pero fuera de la ley no permite nada; un país que contiene a quienes lo necesitan, pero no se deja extorsionar por aquellos que utilizan a quienes menos tienen para enriquecerse a ellos mismos. En cuanto a la clase política argentina - quiero decirles - que no venimos a perseguir a nadie, no venimos a saldar viejas vendettas, ni a discutir espacios de poder. Nuestro proyecto no es un proyecto de poder, nuestro proyecto es un proyecto de país; no pedimos acompañamiento ciego, pero no vamos a tolerar que la hipocresía, la deshonestidad, o la ambición de poder interfieran con el cambio, que los argentinos, elegimos. A todos aquellos dirigentes políticos, sindicales y empresariales, que quieran sumarse a la nueva Argentina, los recibimos con los brazos abiertos. Así no importa de dónde venga, no importa que hayan hecho antes, lo único que importa es hacia dónde quieren ir. Aquellos, que quieren utilizar la violencia o lo extorsión para obstaculizar el cambio les decimos que se van a encontrar con un presidente de convicciones inamovibles, que utilizará todos los resortes del Estado para avanzar en los cambios que nuestro país necesita. (...) El desafío es enorme, pero lo afrontaremos con convicción, trabajaremos sin descanso y llegaremos a destino. (...)*

*Por lo tanto, Dios bendiga a los argentinos y que las Fuerzas del Cielo nos acompañen en este desafío. Muchas gracias, será difícil, pero lo vamos a lograr. ¡Viva la libertad, carajo!» (Milei, 2024)*